

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 21/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	19
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1
1.01	Ativo Circulante	1
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1
2.03	Patrimônio Líquido	1
2.03.01	Capital Social Realizado	1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores a serem informados.

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores a serem informados.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 21/01/2021 à 31/12/2021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1
6.02.01	Integralização doCapital social	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 21/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1	0	0	0	0	1

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores a serem informados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXII S.A. (“Companhia” ou “Travessia Securitizadora”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeira de 2021, elaboradas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

1. Contexto Operacional

A Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XXII é uma sociedade por ações constituída em 25 de janeiro de 2021, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e demais leis brasileiras. A Companhia possui dois acionistas: a Travessia Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.264.237/0001-73 e o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.718.568-09, que além de acionista atua como Diretor Presidente da Companhia.

A Companhia tem como objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 (“**Créditos Financeiros**”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia se reuniu nas seguintes datas para:

- a. Em 21/01/2021, para realizar a constituição da Companhia; e
- b. Em 19/04/2021, para realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na “Categoria B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), além da reforma e consolidação do estatuto social da Companhia e deliberar sobre a Política de Divulgação de Informações.

2. Condições econômicas da Companhia em 2021

Não é possível indicar as condições econômicas da Companhia, visto que na data deste Relatório de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Administração, a Companhia se encontra em fase pré-operacional.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e
- (iii) pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral.

O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Será distribuído, em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Emissão de Dívidas

A companhia não emitiu ou adquiriu quaisquer outros títulos de dívida, e também não possui contratos de empréstimos e financiamentos com outras instituições financeiras.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

4. Projetos desenvolvidos

Não é possível indicar projetos desenvolvidos pela Companhia, visto que na data deste Relatório de Administração, a Companhia se encontra em fase pré-operacional.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o ano de 2022, a Companhia pretende focar na realização de novos negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de títulos de créditos, além da realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Esclarecemos, por fim, que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:

Vinicius B B Stopa

A6EF8A5A1F3A471...

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

DocuSigned by:

Luis Philippe Camano Passos

2A2B0A1E470C437...

Luis Philippe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021.

A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 (“Créditos Financeiros”); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.1 Impactos do COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 14 de março de 2022.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo apresentado, até a presente data, resultado operacional.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Notas Explicativas**2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação****2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC**

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021
Caixa	1
Total	1

4. Patrimônio líquido**4.1. Capital Social**

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A., em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1.

4.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

4. Patrimônio líquido--Continuação**4.3. Dividendos propostos**

Notas Explicativas

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

5. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou no período de 21 de janeiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

6. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

6.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

7. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro de 2021.

8. Relação com auditores

Notas Explicativas

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

9. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A.

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e suas respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXII S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de janeiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião”, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas; Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora Sem Designação Específica Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Camila Maria Oliveira
Diretora Sem Designação Específica

Eu, Thais de Castro Monteiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philippe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Luis Philippe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora sem designação específica da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Camila Maria Oliveira
Diretora Sem Designação Específica

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiro XXII S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance